

DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA E NA PATAGÔNIA (1964-1974)¹

Martha Ruffini²

César Martins de Souza³

Resumo: Durante as ditaduras militares do Brasil e da Argentina foram implementadas grandes obras de infraestrutura na Amazônia e na Patagônia que provocaram transformações profundas nas paisagens da região. Analisando diferentes fontes como relatórios, ensaios, livros de memórias, informes técnicos e decretos fica evidenciado que as centrais hidrelétricas e rodovias baseadas nas ideias e discursos pautados no desenvolvimento provocaram impactos socioambientais, atingindo os rios, fauna, flora e as populações destas regiões. Estes projetos foram construídos em função de interesses econômicos nacionais e transnacionais sem ações concretas de benefício econômico e social para as regiões envolvidas. O estudo sobre os grandes projetos implementados entre as décadas de 1960 e 1970 aponta para o debate sobre os sentidos dos projetos de desenvolvimento e que muitas vezes provocam impactos definitivos em regiões de grande importância mundial, como a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina.

Palavras-chave: Amazônia, Patagônia, Ditadura Militar, Grandes projetos, impactos socioambientais.

DESARROLLO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES EN LA CONSTRUCCIÓN DE GRANDES OBRAS EN AMAZONIA Y PATAGONIA (1964-1974)

Resumen: Durante las dictaduras militares en Brasil y Argentina fueron ejecutadas grandes obras de infraestructura en Amazonia y Patagonia que provocaron transformaciones profundas en los paisajes regionales. A través del análisis de diferentes fuentes como relatos, ensayos, libros de memorias, informes técnicos, proyectos y decretos queda en evidencia que las centrales hidroeléctricas y autopistas basados en las ideas y discursos pautados por el desarrollismo provocaron impactos socio-ambientales afectando los ríos, la fauna, flora y poblaciones de estas regiones. Estos proyectos se realizaron en función de intereses económicos nacionales y transnacionales y sin acciones concretas de beneficio económico y social para las regiones involucradas. El estudio sobre los grandes proyectos implementados durante las décadas de 1960 y 1970 motiva un debate acerca de los sentidos de estos proyectos de desarrollo que muchas veces provocan impactos definitivos en regiones de importancia mundial como la Amazonia brasileña y la Patagonia argentina.

Palabras clave: Amazonia, Patagonia, Dictadura Militar, Grandes Proyectos, Impactos socioambientales.

À guisa de introdução

¹ O presente artigo foi escrito a partir de pesquisas realizadas no âmbito do projeto Amazônia e Patagônia – História, Educação e Literatura em grandes projetos de integração e desenvolvimento. Estado, saúde e meio ambiente. Um estudo comparativo (séculos XIX e XX). O projeto é desenvolvido em parceria entre pesquisadores da Argentina, Brasil e Portugal e conta com apoio de Bolsa de Iniciação Científica da PROPESP-UFPA.

² Universidade Nacional de Quilmes. Email: meruffini@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará. Email: cesar@ufpa.br

De acordo com os processos históricos convergentes e simultâneos observáveis nos países da América Latina desde sua constituição como Estados nacionais, na década de 1960 e em um contexto internacional marcado pela atividade econômica global transnacional, as democracias sul-americanas sofreram golpes de estado sucessivos que se tornaram ditaduras militares institucionais. Com exceção da Colômbia, Costa Rica e Venezuela, os processos ditatoriais começaram no Brasil, em 1964, na Argentina, em 1966, na Bolívia, em 1971, Equador, em 1972 e no Chile e Uruguai, em 1973.

Em resposta à ativação política e social dos setores populares, as Forças Armadas intervieram nos processos políticos da região, causando a interrupção dos processos democráticos. O tipo emergente de dominação histórico-estrutural moldou o que o cientista político argentino Guillermo O'Donnell chamou de Estado Burocrático Autoritário⁴, um formato de estado capitalista influenciado pelas doutrinas de segurança hemisférica disseminadas pelos Estados Unidos, que combinavam a necessidade neutralizar a mobilização social, acalmar as demandas sindicais e desencorajar os protestos urbanos e rurais.

Consequentemente, o Estado burocrático autoritário suprimiu as instâncias representativas e participativas democráticas, causou a exclusão política dos setores populares e exerceu o poder de maneira autoritária e repressiva.

Na política econômica, as ditaduras militares agiram em aliança com o capital transnacional e as empresas nacionais para favorecer o setor mais concentrado da economia e, assim, garantir a operação e a reprodução do modo de acumulação capitalista. Os objetivos a serem alcançados foram modernizar e reativar a economia para produzir uma "normalização econômica" que geraria condições favoráveis para o estabelecimento de capital estrangeiro.

Nesse contexto, o investimento estatal em setores estratégicos foi considerado prioritário e condição *sine qua non* para recuperar o crescimento econômico. Na Argentina e no Brasil, os planos de políticas públicas foram orientados para grandes obras de infraestrutura - barragens, represas, usinas

⁴ O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritário. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

nucleares, usinas hidrelétricas, rodovias - com a participação de capital nacional e internacional.

Nos regimes ditatoriais, a realização de grandes projetos aparece como uma manifestação do poder político que demonstra a capacidade econômica de um Estado que alimenta a economia e a coloca à serviço da nação. Mas, ao mesmo tempo, torna visível o poder simbólico que se traduz em uma imagem da força do regime autoritário ditatorial que se mostra à população como benfeitor, como um governo gerador de empregos e promotor do desenvolvimento regional.

Tanto a Argentina quanto o Brasil são países atravessados por fortes contrastes e desigualdades, mas também por similaridades em suas trajetórias históricas e problemas atuais. Neles, o estado nacional foi construído no século XIX com base em uma estrutura política que integrava grande parte do território, ao mesmo tempo em que concedia total autonomia às províncias da Argentina e com maior centralização nas províncias do Brasil, mas, em ambos os países, mantendo domínio sobre as regiões consideradas "carentes de civilização" ou geopoliticamente ameaçadas por potências estrangeiras, como a Patagônia e Amazônia.

Uma parte desses espaços foram centralizados e organizados como Territórios Federais no Brasil e Territórios Nacionais na Argentina, um formato político e administrativo dependente no qual a dominação estatal central foi totalmente exercida. Acima deles, desdobrou-se um imaginário duradouro, no qual as representações vinculadas aos componentes do século XIX de "deserto", "espaço hostil" e "isolamento" atribuído a esses espaços geopoliticamente sensíveis, sobrevivem com uma persistência impressionante.

Com base nessas premissas, propomos neste artigo analisar comparativamente a construção de obras de infraestrutura durante as ditaduras militares da década de 1960 na Amazônia Brasileira e na Patagônia Argentina, duas regiões localizadas "na periferia da periferia" e cujo crescimento econômico esteve historicamente sujeito à intervenção e financiamento do Estado.

Tanto a construção da rodovia Transamazônica, na Amazônia brasileira, quanto a usina hidrelétrica Chocón Cerros Colorados, na Patagônia argentina, são casos em que a convergência de propósitos estatais com os interesses dos setores

economicamente dominantes nacional e internacionalmente, causou a deterioração da qualidade de vida da população localizada nas proximidades das obras, alterou o meio ambiente e produziu sérias consequências para a saúde. No caso argentino, o empoderamento do polo de desenvolvimento da região de Comahue através de Chocón era uma questão pendente devido ao não cumprimento de regulamentos e à evitação de propostas de desenvolvimento urbano, agrícola e comercial sugeridas por vários estudos técnicos e de viabilidade.

Grandes projetos na Amazônia

A Amazônia atravessou o século XX como o epicentro de grandes empreendimentos de integração ou de exploração das riquezas minerais e vegetais. Em todos estes empreendimentos houve um intenso fluxo migratório para a região, sobretudo por pessoas do Nordeste do Brasil, com intuito de buscar trabalhar nas novas frentes abertas.

Estas obras levaram a grandes impactos sociais pois, como escreve Hardman⁵, quando foi iniciada a construção da até o momento não concluída Ferrovia Madeira-Mamoré, em 1907, trabalhadores de Barbados, da Alemanha e do Nordeste do Brasil partiram para o empreendimento, o que gerou transformações profundas nas vidas dos moradores das pequenas vilas e cidades no entorno.

O escritor amazonense Márcio Souza, reconhecido nacionalmente por seus trabalhos, narra em *Mad-Maria*⁶ o cotidiano das obras da ferrovia, e como levou ao surgimento da violência em pacatas vilas, bem como, transformou doenças já conhecidas como a malária em um dos agentes mais importantes de mortalidade de uma parte significativa dos operários.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em número muito menor que no século XIX, diversos trabalhadores nordestinos partiram para a Amazônia para trabalhar nos esforços de coleta de látex para abastecer os aliados na guerra em um momento que ficou conhecido como “soldados da borracha”, que novamente vitimou centenas

⁵ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁶ SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

de pessoas nos interiores da floresta e levou a mudanças no cotidiano de populações ribeirinhas e indígenas.⁷

Alguns anos depois, pela primeira vez se investia em um eixo rodoviário como obra de infraestrutura para a Amazônia, pois durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília, com o objetivo de integrar a capital federal a um eixo rodoviário Norte-Nordeste, visando “desenvolver” estas regiões e possibilitar a implementação de projetos industriais e agropecuários ao longo da estrada.

Hebette *et al*⁸ apontam que o fato de as populações que viviam na floresta, na região onde foi construída a rodovia, não se preocuparem historicamente com títulos de terra, levou a expropriações das populações locais que foram colocadas assim às margens do chamado desenvolvimento proposto pelo governo federal, frente à chegada de grandes latifundiários e industriais.

Na rota das estradas havia outros projetos como de mineração em uma lógica que enxerga a natureza como inimiga do progresso e do desenvolvimento, sendo estes pensados fora da região, objetivando gerar riquezas para lugares distantes, como outros estados brasileiros e até mesmo outros países, de forma que as populações locais eram colocadas apenas, para o bem e para o mal, como uma espécie de efeito colateral dos grandes empreendimentos.

Ao problematizar o modo como a América Latina foi historicamente colocada na condição de periferia do capitalismo mundial, de modo a ser transformada em espaço para implementação de indústrias e fornecedora de matéria-prima, sem receber a melhoria na qualidade de vida de suas populações, Galeano afirma que:

A nova indústria se abrigou atrás das barreiras alfandegárias que os governos levantaram para protegê-la, e cresceu graças a medidas que o Estado adotou para restringir e controlar as importações, fixar taxas especiais de câmbio, evitar impostos, comprar ou financiar os excedentes de produção, abrir estradas para possibilitar o transporte de matérias-primas e mercadorias, e criar e ampliar as fontes de energia.⁹

⁷ Sobre o tema, consultar CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas** – o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

⁸ HEBETTE, Jean & MARIN, Rosa Acevedo. Saúde e colonização. In: HEBETTE, Jean *et al.* **Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos**. Belém: NAEA/UFPA, 1977, p. 7-43.

⁹ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2015. p. 295.

Galeano critica o modo como a infraestrutura é construída na América Latina, enquanto um elemento centralizado em desenvolver o grande capital, ao mesmo tempo em que as populações locais são cada vez mais pauperizadas, pois, além de não usufruírem de vantagens com os empreendimentos, também sofrem com impactos significativos decorrentes da implementação.

O historiador estadunidense, Warren Dean, em seu estudo sobre a história da destruição da mata atlântica brasileira, demonstra preocupação com o modo como o país trata questões fundamentais para a vivência de populações, inclusive tradicionais como ribeirinhas e indígenas. Para ele, o que ocorre é um processo que, sob o discurso do desenvolvimento, coloca o país em situações cada vez mais difíceis:

Contra o pano de fundo desse tema, ele desenrola a história do Brasil, uma história crítica da exploração econômica, as vezes movida por necessidade, mas quase sempre pela ganância irrefreável com pouca ou nenhuma preocupação com a *mata* – símbolo, no Brasil, do atraso, do sub-desenvolvimento, do selvagem.¹⁰

A mata simbolizando o atraso era um tema recorrente durante diversos períodos históricos do país, que colocou lugares que deveriam ser vistos como espaços a serem preservados para toda humanidade, como os principais motores para garantir o desenvolvimento nacional. Mas a lógica de desenvolvimento demarca, na prática a afirmação do subdesenvolvimento, pois a região amazônica possui condições de vida abaixo do desejável para suas populações, ao mesmo tempo em que a exploração de suas riquezas não tem garantido melhoria de qualidade de vida de suas populações e nem mesmo do país como um todo.

Em um primeiro momento, como argumenta Skidmore¹¹, a ditadura civil-militar brasileira, que se iniciou em 1964, com a retirada do presidente João Goulart e a ascensão ao poder do General Castelo Branco, buscou se afirmar pela eficiência

¹⁰ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. 9ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.15

¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

econômica, de modo que foram baixos os investimentos em grandes obras, inclusive na região amazônica. Carlos Fico¹², analisa como a Amazônia sempre se constituiu ao longo da História do Brasil como um pedaço do país a ser conquistado e domado, de forma que investir em projetos e programas de intervenção na floresta, em si mesmo possuía um forte apelo popular.

Assim, no mesmo sentido do problematizado por Galeano¹³ e por Dean¹⁴, o investimento em grandes obras de infraestrutura servia para garantir o acesso de grandes empresas à exploração das riquezas naturais da região, ao mesmo tempo em que servia para a construção de uma imagem positiva do regime, com propagandas de apelo patriótico à “conquista” da Amazônia.

Nesse sentido, quando o general Mário Andreazza, Ministro dos Transportes e um dos postulantes à sucessão do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, fez um pronunciamento anunciando a construção de um eixo rodoviário integrando a Amazônia internamente e ao restante do país, os discursos abordam sobre projetos econômicos que na prática ignoram às populações locais e como seriam atingidas por impactos socioambientais:

Outras providências de magnitude, relacionadas com a execução de vigoroso plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, também compõem o Programa de Integração Nacional, entre elas se destacando, no mesmo nível de prioridade das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste, destinada ao fortalecimento da agricultura regional.¹⁵

As rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém se encontram no município de Rurópolis, próximo a Santarém e, ambas se entrecruzam com outras estradas que seguem para Brasília, de forma que através delas é possível se deslocar por todo o território brasileiro. É a estrada como obra de integração, uma forma de afirmar um projeto da ditadura que buscava assegurar, como destacado no I Plano Nacional de

¹² FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹³ GALEANO, Eduardo. *Op cit.*

¹⁴ DEAN, Warren. *Op cit.*

¹⁵ ANDREAZZA, Mário. **Transamazônica** – Pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 1 de julho de 1970. Brasília, 1970, p. 4.

Desenvolvimento, “o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, *transformar o Brasil em nação desenvolvida*, constitui o *modelo brasileiro de desenvolvimento*”.¹⁶

É um modo que buscou integrar a Amazônia por malha rodoviária, discursando sobre ela como se fosse um imenso *vazio* demográfico, de modo a ignorar suas populações e colocá-las apenas como atingidas pelos grandes empreendimentos. Mas, como diz o texto do documento oficial lançado no governo do general Médici, é o modo brasileiro para gerar uma nação desenvolvida, atingindo as populações tradicionais e falando sobre a região amazônica como se indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades amazônicas não existissem.

Um pouco depois do Golpe de 1964, no governo do general Castelo Branco, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, com o objetivo de possibilitar investimentos de grandes programas empresariais que gerassem emprego e renda:

No dia 27 de outubro de 1966, o Presidente Humberto Castelo Branco sancionava a Lei n. 5.173, extinguindo a SPVEA e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e a Lei n. 5.174, dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica. Esta lei possibilitava, às pessoas jurídicas registradas no país, a dedução de 50% do imposto de renda devido e seus adicionais, para inversão em projetos agrícolas, pecuários, de agricultura e de serviços básicos, considerados pela Sudam de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, bem como isenção do imposto de renda e outras taxas federais.¹⁷

Estes incentivos fiscais, baseados na criação de uma estrutura bancária, foram fundamentais para que o governo utilizasse as rodovias, criadas na década de 1970, como propulsoras de um certo modelo de desenvolvimento que atraía, por um lado, sertanejos nordestinos flagelados pela seca e, por outro lado, grandes empresários e latifundiários para se estabelecerem às margens das rodovias implementadas na Amazônia.

¹⁶ BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** – 1972-1974. Brasília, 1971, p. 4.

¹⁷ SUDAM. **Amazônia** – Novo Universo. Belém, 1975. Sem número de página.

O documento citado acima, que relatava os avanços econômicos propiciados pela SUDAM, aborda sobre este plano de investimentos bancários, através da criação do Banco da Amazônia S.A. em conjunto com a própria SUDAM, como um novo capítulo na história da região:

A transformação do Banco de Crédito da Amazônia S.A., em agente financeiro do desenvolvimento regional, sob a denominação de Banco da Amazônia S.A. – BASA, já havia sido efetivada através da Lei n. 5.122, de 22 de setembro de 1966.

No dia 30 de novembro de 1966, o General Mário de Barros Cavalcanti, na qualidade de primeiro superintendente, instalava a Sudam, com estas palavras iniciais: “A solenidade que ora realizamos, congregando em nossa casa as mais altas autoridades da região, destina-se a assinalar, em ato de aparência simples, mas de significação profunda, o início de um novo capítulo na história da Amazônia.”.¹⁸

As políticas de desenvolvimento brasileiro baseadas na exploração das terras e riquezas naturais da Amazônia, implementadas após o Golpe de 1964, enxergavam os investimentos como um marco histórico que iriam reconstruir a lógica da região. De fato, em 1966 foi iniciada uma agenda de grandes projetos na região que passa dos investimentos em agropecuária, aos polos minerais, sustentados por uma infraestrutura de rodovias, pontes, hidrelétricas e ferrovias que não apenas permitiam a movimentação da economia a partir dos produtos da Amazônia, como também a implementação de projetos migratórios.

Um eixo rodoviário foi então planejado em 1972, objetivando atrair cada vez mais os investimentos a partir de incentivos fiscais, estabelecidos pela lei de 1966 e a circulação de pessoas e cargas que viabilizassem mão de obra, bem como a construção de uma estrutura urbano-rural para os novos grandes empreendimentos:

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia para o período 1972-74, baseado em análises das peculiaridades regionais, com diagnósticos dos vários setores e subsetores, seguia o modelo e a política definida e orientada pelo governo federal, no sentido da utilização de uma estratégia capaz de promover o progresso de novas áreas, a ocupação de espaços vazios, e a integração do

¹⁸ *Idem.*

desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação econômica da Amazônia.

O governo federal preconizava o desenvolvimento do país como um todo.

Despontava, como de capital significação para o crescimento nacional, o eixo rodoviário configurado pelas grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Brasília-Acre, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, esta de interligação entre o Nordeste e a Amazônia.¹⁹

Foi elaborado então um plano para ser executado em cinco anos visando consolidar um cenário de políticas de investimento e exploração da Amazônia e, como discutido ao longo deste texto, principalmente a já construída rodovia Belém-Brasília, e as que foram iniciadas em 1970, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, seriam a espinha dorsal para viabilizar diversos projetos. Assim,

O Primeiro Plano Quinquenal da Sudam, para o período 1967-1971, foi a primeira tentativa concreta de implantação de um programa na Amazônia.

O Primeiro Plano Quinquenal da Sudam, concebido de modo global, contínuo e flexível, estabelecia objetivos que traduziam a Política de Desenvolvimento formulada para a Amazônia pelo governo federal, relativas ao crescimento econômico, ao fortalecimento da infra-estrutura econômica e à criação de uma infra-estrutura social capaz de conduzir à valorização do homem.²⁰

Juntamente com as rodovias, foi também pensada uma infraestrutura energética que pudesse servir de base para a implantação de grandes investimentos em exploração mineral e agropecuária na Amazônia e também para o desenvolvimento industrial em outras regiões do Brasil. No Plano Quinquenal já eram previstas algumas hidrelétricas a serem implementadas na região, com destaque para uma no rio Tocantins e outra no rio Xingu, o que veio a ocorrer com a construção de Tucuruí, nas décadas de 1970-1980, e Belo Monte, na década de 2010.²¹

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Ibidem.*

²¹ Sobre o tema, consultar MARTINS DE SOUZA, César. Da Transamazônica a Belo Monte: desenvolvimento e impactos socioambientais na construção de megaempreendimentos na Amazônia. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). **Agrarismos: estudos de História e Sociologia do mundo rural**. Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 103-116.

Cordeiro²² argumenta que o início da década de 1970 era celebrado por boa parte da população nacional pois, enquanto pessoas eram torturadas nos porões da ditadura, o país alcançava elevados índices de crescimento econômico que eram vistos como a afirmação de um desenvolvimento. Soares, considera que a ideia de desenvolvimento para a Amazônia estava embasada na exploração, discursada enquanto forma de garantia da soberania nacional:

Assim, como o desenvolvimento exigia a exploração do patrimônio físico do país, a segurança envolvia a preocupação com o território nacional. Tendo o território como horizonte, o governo realizaria o desenvolvimento e garantiria a segurança nacional: acertaria dois coelhos numa só cajadada. O uso das riquezas naturais ainda não exploradas só poderia ser realizado junto à defesa desses bens da cobiça internacional.²³

Uma agenda de grandes projetos, tendo hidrelétricas, rodovias, pontes e ferrovias como seu epicentro, foi implementada a partir de 1966 na região amazônica, a partir, como afirmam Garcia & Subtil²⁴, de um modelo de desenvolvimento industrial firmado nos Estados Unidos, desde o século XIX, mas que, sobretudo em uma região sensível socialmente e ecologicamente como a Amazônia, poderia provocar sérios problemas. Souza Martins²⁵ analisa que, durante e após o Golpe de 64, a ditadura gestou um roteiro para a ocupação maciça da Amazônia, utilizando um discurso desenvolvimentista que ignorava os impactos socioambientais, o que acabou por potencializar estes impactos, sobretudo após 1984.

Desde 1966, durante a ditadura, é como se houvessem estabelecido que, doravante, os olhares dos presidentes do Brasil, não mais se apartariam da

²² CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de Ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 135-154.

²³ SOARES, Filipe Menezes. Ordem e Progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da Ditadura Civil-Militar. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 234.

²⁴ GARCIA, José Luís & SUBTIL, Filipa. Lembrando Emerson e Thoreau para pensar os demônios do progresso na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**. Belém, v.6, n.4, p. 9-26, 2018.

²⁵ SOUZA MARTINS, José de. **Frenteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

Amazônia. De fato, um novo capítulo da História da Amazônia foi iniciado, no qual a região se torna epicentro de políticas desenvolvimentistas, sob o discurso de garantia da região como parte do território nacional.

O interesse de Médici pela Amazônia tinha outra lógica, além da necessidade de ajudar o Nordeste com deslocamento de seus habitantes. A elite brasileira, especialmente os militares, há muito receava que o país perdesse a Amazônia por falta de colonização. Gerações de cadetes do Exército brasileiro foram conscientizados sobre a significação geopolítica da Amazônia, agora, como oficiais, temiam possíveis incursões de peruanos e venezuelanos pelo vasto mas esparsamente povoado território rio acima. Esta preocupação aumentou quando a extraordinária riqueza mineral da região – especialmente jazidas de ferro – se tornou conhecida. A controvérsia sobre a exploração por estrangeiros dos recursos da Amazônia acentuou-se com o lançamento do Jari, o gigantesco projeto florestal do bilionário americano Daniel Ludwig, por concessão do governo Castelo Branco. Assim a seca nordestina ofereceria um novo estímulo à histórica aspiração brasileira de desenvolver a Amazônia. Nas palavras de Médici, “precisamos adiantar o relógio amazônico que está muito atrasado”.²⁶

O Bispo Emérito do Xingu, D.Erwin Krautler, reconhecido ativista em defesa dos direitos de populações amazônicas, sobretudo indígenas, e que assistiu à construção da rodovia Transamazônica e da Hidrelétrica Belo Monte, além da implementação de grandes empreendimentos empresariais na Amazônia, é um crítico sobre a forma como o discurso a favor do chamado desenvolvimento. Ele questiona o uso indiscriminado de expressões como integração e progresso que pensam em benefícios para fora da região, não apenas ignorando, como também prejudicando as vidas dos habitantes da região:

A “Integração Nacional”, o que realmente é? “Integrar”, pelo que se vê, é, de um lado, agredir violentamente a obra da criação sem nenhum plano que visasse um desenvolvimento sustentável para a região, e de outro, impulsionar a migração interna para resolver problemas fundiários nas regiões centro, sudeste e sul do País. Através do desterro de milhares de famílias para a Transamazônica pretendeu-se fazer uma “reforma agrária” naquelas regiões sem mexer com os proprietários de grandes extensões de terra, produtivas e improdutivas. Deportando para a Amazônia o excedente de agricultores, os “sem terra”, todos eles potenciais

²⁶ SOARES, Filipe Menezes. *Op cit.*, p. 290-291.

invasores de fazendas, evitar-se-á problemas nos estados de origem dos desterrados e se garante o sossego e a paz para o latifúndio.²⁷

Krautler argumenta que os migrantes da Transamazônica seriam na verdade “desterrados”, pois sem condições de permanecerem em seus lugares de origem no Nordeste e no Sul do Brasil, devido à seca ou a falta de terras para si, se viam obrigados a partir para o desconhecido, a Amazônia, em busca de dias melhores para eles e suas famílias. O plano do governo, na visão de Krautler, se constituía em criar uma zona de desterro, a partir de grandes rodovias, como a Transamazônica e seus mais de 5 mil quilômetros, para evitar conflitos de terra em seus lugares de origem e ainda facilitar a chamada “ocupação” da região amazônica para “protegê-la” de um suposto assédio estrangeiro. Ao mesmo tempo, estes migrantes ou desterrados se constituiriam em mão de obra para as futuras grandes empresas que viriam a se instalar.

A natureza então perde seu significado concreto e se torna em um meio para gerar “desenvolvimento” nacional e as populações amazônicas são colocadas em invisibilidade, diante de discursos que falam da região como um “vazio” a ser conquistado pelos brasileiros. Na visão de Dean “a contemplação da natureza tem tido poucos adeptos no Brasil”²⁸, o que criaria um campo aberto para exploração indiscriminada sem preocupação em manter vivas as grandes florestas, como a amazônica.

A fauna, flora, os rios e as populações amazônicas não são percebidas nos projetos, nas leis e nos discursos voltados a “desenvolver” a região como sujeitos, mas apenas enquanto aqueles que poderiam contribuir para a geração de riquezas para grandes empreendimentos privados, possibilitadas por obras públicas de infraestrutura, construídas a partir de 1970, seguindo um plano estabelecido em 1966.

O coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e da Agricultura, nos governos dos generais Costa e Silva e depois Médici, respectivamente, entre os anos

²⁷ KRAUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Tenotã-Mô**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 10.

²⁸ *Op cit.*, p. 379.

de 1967 e 1974, foi um dos entusiastas de grandes obras como a Transamazônica, mas em um livro de análises e memórias sobre a região, demonstra preocupação com os riscos à região e à vida no planeta com aumento progressivo da destruição da fauna e da flora:

Seria um crime que cometeríamos nos dias de hoje, contra o patrimônio nacional, explorar a floresta amazônica predatoriamente, porque outros povos no passado assim destruíram suas florestas. Dois erros não fazem um acerto. Fora de qualquer dúvida é que somos nós que detemos a soberania da Amazônia, o que entretanto não nos dá o direito suicida de agredir o maior banco genético da biodiversidade do mundo, nem causar danos ao clima do mundo com emissões de dióxido de carbono ao transformar numa caixa de fósforos a nossa floresta, o que, em caráter universal, corresponderia a comprometer o direito à vida.²⁹

O direito à vida estaria comprometido pelos grandes empreendimentos que poderiam queimar a gigantesca floresta tropical a partir da exploração madeireira, industrial, mineral, agropecuária, todos possibilitados por incentivos fiscais e obras de infraestrutura, pensados a partir de 1966, com a criação da SUDAM e do BASA, voltados a “desenvolver” a região. No século XXI, Passarinho demonstra preocupação com um processo iniciado no governo de Kubitscheck, com a Belém-Brasília, em 1958, mas que ganhou ares de um planejamento para a Amazônia, nos governos dos generais na década seguinte, provocando profundas transformações nas paisagens e nas vidas da região, de fato colocando em risco parte considerável da biodiversidade do mundo e a existência das populações da região.

Fazendo uma avaliação sobre os impactos provocados pelos grandes projetos implementados na década de 1970 pela ditadura, na Transamazônica, um artigo não assinado por articulistas da revista *Veja*, intitulado *Natureza morta*³⁰, expressava preocupação com o crescente desflorestamento da Amazônia. Segundo este texto, a cobertura vegetal da Amazônia estava progressivamente substituindo a vegetação primária por atividades agropecuárias, criadas, sobretudo, em torno das rodovias.

²⁹ PASSARINHO, Jarbas. **Amazônia**: patrimônio universal? Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 129.

³⁰ NATUREZA MORTA. **VEJA**. São Paulo, 22 de abril de 1980, p. 53-55.

Demonstrando uma crítica aos projetos de integração e desenvolvimento da ditadura, após a abertura política, em 1980, a *Veja* trazia indicadores preocupantes sobre o crescente desflorestamento e que poderia aumentar com a chegada de mais e mais pessoas à região:

De acordo com os levantamentos oficiais brasileiros, a floresta amazônica já perdeu 10% de sua dimensão. Na década passada a Transamazônica, por exemplo, permitiu a entrada para o interior de milhares e milhares de conquistadores de um território até então virgem. Calcula-se que 11,2 milhões de hectares de floresta já tenham sido derrubados na região.³¹

Os dados de 1980 já apontavam para os impactos provocados por grandes empreendimentos, como a Transamazônica. Contudo, seriam necessárias mais algumas décadas para se consolidar um quadro de impactos socioambientais que se pudesse comprovar como associado a estas obras. O tempo iria trazer ao centro da cena debates sobre a região amazônica e necessidade de preservar seu imenso patrimônio ambiental e também as pessoas que vivem na região.

Ao se abrirem estradas, criam-se sendas para outros grandes empreendimentos que atraem e ampliam os caminhos dos impactos socioambientais, em um ciclo colocado em maciço funcionamento nos governos dos generais-presidentes, durante a ditadura, marcado por ideias sobre progresso e desenvolvimento que vêem a Amazônia como um meio para o grande capital e os humanos e não humanos que nela vivem apenas como um efeito colateral.

Desenvolvimento hidrelétrico na Norpatagonia argentina durante o período ditatorial (1966-1973)

Entre as regiões periféricas ou extra-pampas da Argentina, a Patagônia - localizada no sul do país - ocupa um lugar singular. Sua dependência política e econômica do Estado nacional por quase setenta anos (1878-1955) trouxe como consequência, o fato de que os territórios do sul não tinham as condições necessárias para gerar recursos próprios, uma vez que os recursos eram definidos

³¹ *Idem*, p. 55.

pelo governo nacional, que – por sua natureza centralizadora - era o único que poderia autorizar e executar obras de infraestrutura.

A partir dos interesses e demandas do modelo agroexportador, o Estado nacional, aliado aos setores economicamente dominantes, priorizou certas áreas em detrimento de outras. Deste modo, no final do século XIX, o vale do alto Rio Negro, na Patagônia Norte, se viu beneficiado pelas obras de irrigação e pela rede ferroviária que o conectava com a Bahia Blanca e o porto de Buenos Aires, enquanto outras zonas sub-patagônicas como o vale inferior do rio Negro ficaram para trás.

Assim, o Estado nacional aumentou a implementação de obras de infraestrutura em sub-regiões específicas que eram a prioridade naquele momento. Em 1955, em um momento em que a centralização do estado deu lugar aos estados autônomos da província, o cenário marcado pela desigualdade havia sofrido grandes modificações: a maioria das obras de infraestrutura necessárias ao crescimento econômico havia sido realizada privilegiando uma sub-região: o chamado Alto Valle, que se estendia pelo Rio Negro até a confluência dos rios Limay e Neuquén na Norpatagonia.³²

Em meados do século XX, uma das necessidades mais prementes foi a geração de energia hidrelétrica, aproveitando o potencial hídrico dos rios da Norpatagônia. Essas obras foram necessárias para abastecer a cidade de Buenos Aires, sua área de influência e a Região Litoral do país. O crescimento do mercado consumidor e a demanda industrial e de serviços exigiam cada vez mais o fornecimento de energia barata.

Para a Norpatagonia, o desenvolvimento hidrelétrico permitiria regular os rios Negro, Limay e Neuquén. O rio Negro historicamente apresenta grandes aumentos em seu fluxo caudal que costumam ocorrer no inverno e na primavera. Quando esses aumentos coincidiam com um aumento no fluxo dos rios Limay e Neuquén - que são seus afluentes - devido a chuvas ou grandes degelos, causava uma inundação de magnitude, como a registrada em 1899 que destruiu completamente a capital do Território Nacional de Rio Negro, Viedma.

³² Do ponto de vista histórico quando nos referimos a Norpatagônia, incluímos as atuais províncias de Neuquén e Rio Negro.

Outro benefício da regulação dos rios norpatagônicos seria a possibilidade de poder usar a água para expandir a irrigação e desenvolver a agricultura. Dessa forma, o uso pleno da bacia hidrográfica seria baseado na geração de energia, na regulação de inundações e no uso da água para fins de irrigação.

As primeiras menções sobre a execução de obras para geração de energia elétrica, ocorreram no início do século XX com a aprovação da Lei nº 5559, conhecida como Lei de Fomento aos Territórios Nacionais (1908), e os estudos realizados pelo engenheiro italiano César Cipolletti e o geólogo americano Bailey Willis, no âmbito da Comissão de Estudos Hidrológicos.

Ambas as iniciativas fizeram parte do projeto de desenvolvimento da Patagônia, do engenheiro Ezequiel Ramos Mexía, que foi Ministro da Agricultura (1901 e 1906-1907) e também Ministro de Obras Públicas da Nação (1907-1913). Além de planejar linhas ferroviárias, obras de navegabilidade, regulação de inundações, provisão de água potável e construção de represas, tanto o projeto de Ramos Mexía como o relatório da exploração realizada entre 1911 e 1914, enfatizaram a capacidade hídrica da Norpatagonia e sua relação com a possibilidade de desenvolver a industrialização.³³

Como afirmamos, desde o final do século XIX, o Alto Vale do Rio Negro se beneficiou da intervenção do Estado para instalar o sistema de irrigação e ligar a região ao modelo de agroexportação através da produção de frutas e vinhos. De acordo com a Lei de Irrigação nº 6546 (1906), que promoveu a construção de infraestrutura hidráulica, represas, reservatórios e canais de irrigação, a Companhia Ferroviária do Sul - da capital inglesa- ficou encarregada de realizar as obras na Norpatagonia. A empresa construiu no final do século XIX a filial ferroviária que ligava a cidade portuária de Bahía Blanca, no sul de Buenos Aires, passando pelo Alto Vale do Rio Negro, chegando até a Zapala, na província de Neuquén.

³³ AZCOITIA, Alfredo; NUÑEZ, Paula. Las represas hidroeléctricas de la Región Comahue: expectativas de un desarrollo parcial. **Revista Agua y Territorio**, Universidad de Jaén, nº4, p.12-22, 2014. Sobre o Plano Ramos Mexía para la Patagonia, consultar RUFFINI, Martha. La Patagonia en el pensamiento y acción de un reformista liberal: Ezequiel Ramos Mexía (1852-1935). **Quinto Sol**, Santa Rosa-Universidad Nacional de La Pampa, n.12, p.127-150, 2008.

Em 1921, foram concluídas as obras do Dique Ballester, no rio Neuquén, a formação do lago artificial Pellegrini e a instalação de canais de irrigação.³⁴ Em 1928, foi concluído o canal principal do sistema de irrigação do Alto Vale e três pequenas usinas hidrelétricas: Julián Romero (Cinco Saltos), Cipolletti e Roca, que não atingiram eficiência em seu funcionamento. Enquanto isso, o Alto Vale se transformava no epicentro do crescimento econômico da Norpatagônia, as obras para a região sul da Província do Rio Negro foram atrasadas e as inundações continuaram sendo um problema a ser resolvido. Também ficaram pendentes de implementação os projetos necessários para garantir a navegabilidade dos rios e a geração de energia elétrica.³⁵

Entre 1938 e 1945, vários estudos foram realizados para a construção de reservatórios, bem como o conhecimento sobre as possibilidades oferecidas pelos rios Neuquén e Limay. Em meados da década de 1940, o potencial dos recursos hídricos da Patagônia era claro: durante as presidências de Juan Domingo Perón (1946-1955), foram planejadas obras de infraestrutura para a Patagônia. A inclusão da região nos Planos Quinquenais (1947-1955) reativou a ideia da Patagônia como um repositório de recursos naturais e uma fábrica de energia para a indústria por meio de obras hidrelétricas, incluindo a construção de reservatórios e diques.

Com base na prioridade atribuída às obras de energia, foi criada a empresa estatal Agua y Energía Eléctrica pelo decreto nº 3967, de 14 de fevereiro de 1947. Seu objetivo era estudar o potencial nacional da água para encontrar fontes alternativas de energia à energia térmica. Coube a empresa planejar obras de irrigação e defesa contra inundações, projetar, executar e explorar usinas hidrelétricas, meios de transmissão, estações transformadoras e redes de distribuição para a venda de energia elétrica.³⁶ Para a Norpatagonia, a empresa

³⁴ WILLIAMS, Fernando. Infraestructura y paisaje en la Patagonia: hacia una perspectiva histórica centrada en el recurso hídrico. *In*: NUÑEZ, Paula; NUÑEZ, Andrés; TAMAGNINI, Marcela MATOSSIAN, Brenda; ODONE CORREA, Carolina (orgs.). **Araucanía-Norpatagonia II. La fluidez, lo disruptivo y el sentido de la frontera**. Viedma: Editorial UNRN, 2018, p.199-224.

³⁵ TAGLIANI, Pablo. **Economía del desarrollo regional. Provincia de Río Negro 1880-2010**. Buenos Aires: La Colmena, 2015.

³⁶ ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. *In*: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 2012. p.145-158.

propôs estudar a estreiteza do Chocón e desviar as águas do rio Neuquén para as bacias naturais de Mari Menuco e Los Barreales. Em 1953, houve uma conversa sobre a construção do reservatório do rio Limay e então foram solicitados os primeiros estudos visando sua implementação.

Desde a queda de Perón, os “governos de fato” (governos de militares) da autodenominada “Revolução Libertadora” (1955-1958) aplicaram uma nova estratégia de segurança nacional na Patagônia para a ocupação e desenvolvimento do território. A Norpatagonia foi considerada uma área a ser fortalecida e consolidada por meio de polos de desenvolvimento.³⁷ Com base nessa teoria, o “governo de fato”, por meio da Diretoria Geral de Fabricação Militar, decidiu formar uma corporação para o desenvolvimento da indústria siderúrgica e dos recursos hidrelétricos. Em 17 de dezembro de 1957, foi assinado o tratado que criou a Norpatagónica Corporation, entidade autárquica que obteve amplos poderes para o desenvolvimento de obras de infraestrutura, incluindo usinas hidrelétricas.³⁸

Por outro lado, em 1957, o governo militar reconheceu o rio Limay como adequado para um empreendimento hidrelétrico e a possibilidade de construção de várias represas sobre o rio, incluindo a descida de El Chocón a 90 km da cidade de Neuquén, que permitiria gerar energia elétrica, regular o fluxo dos rios e melhorar a navegabilidade do rio Negro.³⁹

Políticas de desenvolvimento no sul

³⁷ A teoria dos polos de desenvolvimento ou de crescimento foi proposta inicialmente por François Perroux no contexto do segundo período pós-guerra. Perroux considera o desenvolvimento como um processo polarizado, tendendo a concentrar atividades e causar desequilíbrios entre indústrias e regiões geográficas. O polo constituiria uma unidade de produção localizada exogenamente dentro de uma zona economicamente atrasada. Vários autores reformularam e expandiram essa teoria: David Deeger, Jean Paelinck, Jacques Boudeville, John Friedmann, entre outros, sublinhando o caráter geográfico e complementando a noção conceitual de polo, vinculando-o à variável espacial e à diversidade regional em que está inserida.

³⁸ Ao iniciar o governo constitucional de Arturo Frondizi (1958-1962), a Corporação Norpatagônica não foi confirmada pelo parlamento das províncias, nem pelo Congresso Nacional. Cf. RUFFINI, Martha. Estado, desarrollo económico y nuevas provincias. El fracaso de un plan estatal para el sur argentino: la Corporación Norpatagónica (1957-1958). **Revista H-Industri@**, Buenos Aires-Universidad de Buenos Aires, año VIII, n. 14 y 15, p.189-231, 2014.

³⁹ MINISTERIO DE COMERCIO E INDUSTRIA DE LA NACION: AGUA Y ENERGIA ELECTRICA. **La zona del río Limay. Su aprovechamiento energético. Sistema hidroenergético El Chocón**. Buenos Aires, 1957.

A corrente desenvolvimentista disseminada na América Latina por economistas e cientistas sociais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o impacto na Argentina com a presidência de Arturo Frondizi (1958-1962) mantiveram a impossibilidade de crescimento econômico nos países da região com base nas exportações de produtos primários, indicando como solução a promoção da industrialização.

A Patagônia foi incluída entre os eixos de um futuro polo de desenvolvimento projetado para espaços periféricos ou extra-pampeanos, uma manifestação reveladora do que Mark Healey chama de "os dois argentinos"⁴⁰. Constituiu uma parte essencial do impulso desenvolvimentista, cristalizando um imaginário associado à "energia da Patagônia" ou ao "recurso da Patagônia" cuja transformação seria operada pela ação do Estado. Se propagandeou uma imagem da Patagônia como sendo a esperança para o futuro, uma terra jovem e dinâmica, de forma que foram modificadas as representações do século XIX sobre a região que se baseavam no progresso, na soberania, na ideia de deserto e no patriotismo.

Em 1960, o governo Frondizi, através de uma lei aprovada pelo Congresso, colocou a geração de energia hidrelétrica sob jurisdição nacional. A partir de agora, o Estado será o único tomador de decisão nesta matéria. Em consonância com isso, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Frondizi estabeleceu na Patagônia a plena exploração do Rio Turbio (Santa Cruz) e depósitos de ferro na Serra Grande (Rio Negro), a construção de usinas hidrelétricas para a utilização do rio Limay e a implementação de centros siderúrgicos em Puerto Madryn (Chubut). Ao mesmo tempo, o Senado Nacional criou uma comissão especial para avaliar a viabilidade da construção da represa de El Chocón. Para esse fim, foram encomendados estudos técnicos a consórcios europeus, como Italconsult, Harsa e Sofrelac, e começaram os primeiros passos para obter capital para o empreendimento.

Durante o governo de Arturo Illia (1963-1966), o senador patagônico José Enrique Gadano apresentou ao Congresso um plano de construção de obras hidrelétricas baseado no modelo norte-americano do Vale Tennessee (TVA), a obra

⁴⁰ HEALEY, Mark. El interior en disputa. Proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en las regiones extrapampeanas. In: JAMES, Daniel director. **Violencia, proscrición y autoritarismo 1955-1976**, Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 171-212.

pública de maior envergadura realizada durante o primeiro *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). A ideia norteadora foi fornecer energia à Grande Buenos Aires, gerando uma alternativa aos centros de energia térmica, expandindo a produção e favorecendo o estabelecimento de indústrias na região.⁴¹

Em tempos de ditadura. A construção de usinas hidrelétricas

Tanto na Argentina, desde 1966, quanto no Brasil, a partir de 1964, os padrões de comportamento e de tomada de decisão de ambos os governos eram semelhantes, originando um modelo de Estado Burocrático Autoritário. O que O'Donnell chamou de “lugar comum de desenvolvimento” do capitalismo em nível global, na América do Sul motivou nos dois países a aliança entre Estado, empresas transnacionais e capital industrial local para reconstruir os mecanismos capitalistas. O avanço dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos sobre a região - que se tornou visível com maior força no Brasil- no contexto da “Guerra Fria”, produziu a combinação da industrialização, a ingestão de capital estrangeiro e a desativação ou repressão do protestos de trabalhadores.⁴²

Mas o desenho de um grande plano hidrelétrico nacional foi realizado nos governos da chamada "Revolução Argentina" (1966-1973), um período ditatorial autocrático, com governantes com plenos poderes e fortemente repressores das liberdades políticas.

Na Argentina, as Forças Armadas lideraram um golpe que depôs o presidente constitucional Arturo Illia (1963-1966) e abriu o caminho para a "Revolução Argentina". O governo de fato do General Juan Carlos Onganía (1966-1970) instalou o formato do Estado burocrático-autoritário, representativo da alta burguesia com a participação de grandes empresas privadas e públicas.

Os objetivos do Estado Burocrático Autoritário eram a preservação da ordem e a normalização da economia com base no crescimento com intervenção de interesses transnacionais e distribuição desigual de recursos. Para a manutenção da

⁴¹ BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

⁴² BONA, Leandro y PAEZ, Sergio. Fases, similitudes y diferencias en los casos de las dictaduras y economía política en Argentina 1966-1973 y Brasil 1964-1985. **América Latina en la historia económica**. Instituto Mora-CONACYT, v. 27, n. 2, 2020.

ordem, os setores populares mobilizados foram excluídos quando os canais democráticos e de participação cidadã foram cancelados. As publicações e peças teatrais oposição foram proibidas porque o governo impôs limites às práticas sociais e culturais, no sentido de apenas permitir o que ficou conhecido como a moda jovem. Em julho de 1966, centenas de alunos e professores da Universidade de Buenos Aires que protestavam contra a intervenção nas universidades foram duramente reprimidos na chamada "noite das longas bengalas". Esta modalidade coercivo-repressiva deu origem ao chamado "Cordobazo" em maio de 1969, decorrente da aliança entre trabalhadores e estudantes na cidade de Córdoba, em um protesto popular que demonstrava o repúdio à repressão estatal e ao silenciamento das vozes da oposição e das pessoas de expressão da sociedade civil.

A transformação econômica requeria a paz social que permitia – nas palavras do Ministro da Economia Adalberto Krieger Vasena – um desenvolvimento com estabilidade. Era um governo de técnicos, encabeçado por um ministro representante do *establishment* e da grande burguesia que controlava economicamente o aparelho estatal.⁴³ Em questões estatais, o objetivo era a modernização tecnocrática e eficiente da economia com a participação de capital estrangeiro.

A certeza de que o progresso sem energia era inviável se espalhou e, nesse contexto, a construção de usinas hidrelétricas apareceu como sinal de modernização e prioridade das políticas públicas.⁴⁴ Conforme observado, na década de 1960 foram apresentados planos de desenvolvimento sucessivos e sobrepostos para a Patagônia que não alcançaram uma concretização efetiva.

Para a Revolução Argentina, a Patagônia não significou apenas energia elétrica, gás e petróleo, mas um espaço que previa desenvolvimento e progresso. Era uma região considerada chave para a segurança interna, já que 80% da população total era estrangeira - fundamentalmente de origem chilena - e o Estado considerava essencial "argentinar o território", noção que tem suas raízes no discurso da

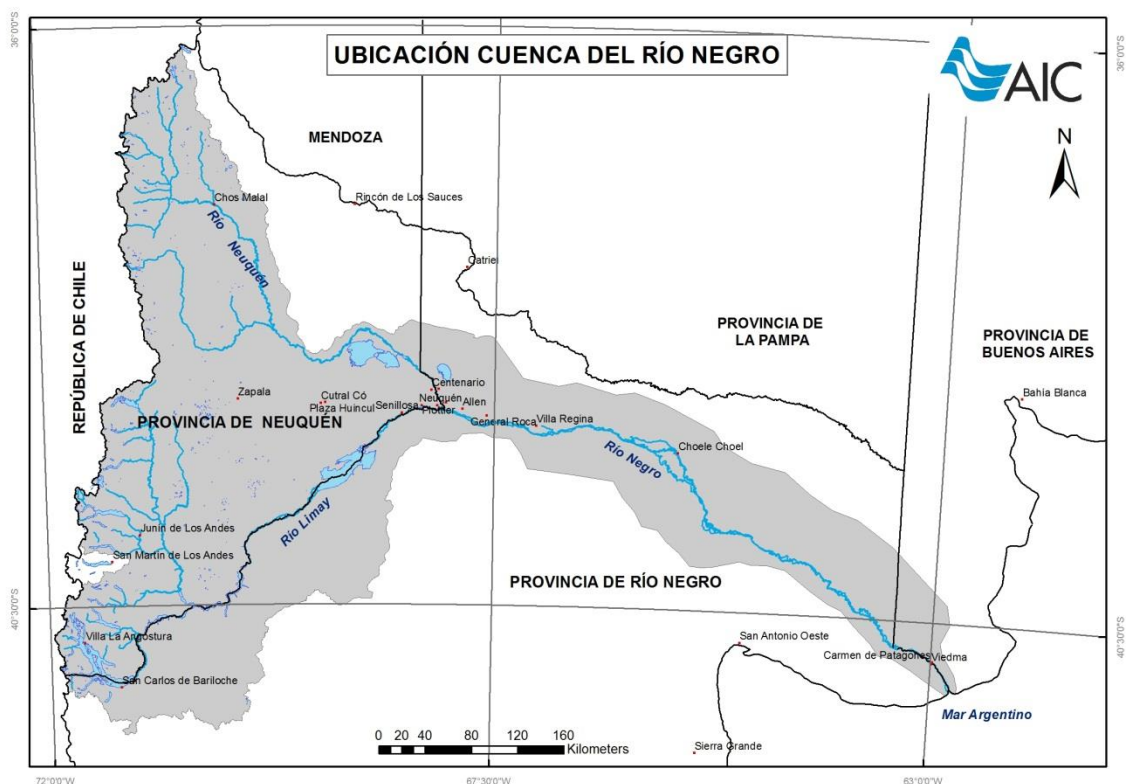
⁴³ O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritário. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996, p.60-62.

⁴⁴ NAVARRO FLORIA, Pedro; NICOLETTI, María Andrea. **Historia del Neuquén**. Neuquén, Editorial de la Universidad del Comahue, 2014.

liderança argentina do século XIX e esse foi um vetor de diretrizes para muitas das decisões do Estado. A ideia principal era realizar uma "segunda conquista no deserto", expressão que já havia sido usada pelo presidente Frondizi ao se referir às políticas de desenvolvimento de petróleo e aço que ele descreveu como "verdadeiras batalhas". O objetivo do Estado era integrar a Patagônia à nação por meio de planejamento regional, gerando núcleos de desenvolvimento econômico baseados em petróleo, gás e energia hidrelétrica.

Com base nesse objetivo, em 1966, o presidente de fato Juan Carlos Onganía (1966-1970) emitiu o Decreto-Lei nº 16964, que criou o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para o Desenvolvimento. Para cumprir o Plano, o país foi dividido em oito regiões. A Norpatagonia foi incluída na chamada região de Comahue, uma delimitação arbitrária que englobava toda a bacia do rio Negro.

Figura 1. Localização da Bacia do rio Negro.



Fonte: Sitio Oficial de la Autoridad Interjurisdiccional de Cuencas (AIC). Disponível em: [https://www.aic.gov.ar/sitio/La cuenca/](https://www.aic.gov.ar/sitio/La%20cuenca/) Acesso em 02/06/2020.

O Programa de Desenvolvimento para a Região de Comahue foi realizado com a competição econômica e técnica do Conselho Federal de Investimento (IFC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para as Unidades de Alimentação e Agricultura (FAO). As propostas para a região de Comahue incluíram a construção de obras hidrelétricas para irrigação e produção de energia, um plano para colonizar o vale mais baixo do Rio Negro, a criação de um porto, a exploração de petróleo e o depósito de minério de ferro em Sierra Grande, além de desenvolvimento turístico, agrícola e florestal. Uma importante articulação regional foi projetada através da bacia hidrográfica e localizando o potencial hidrelétrico como um elemento básico para essa articulação. Os efeitos positivos do crescimento da região permitiriam não apenas a integração com o mercado de Buenos Aires, mas também funcionariam como um elemento-chave na articulação econômica sul-americana.

Também se afirmava que esta região apresentava um desenvolvimento desigual na área de comunicações, tanto do ponto de vista viário, com uma rede de estradas relativamente importante quanto na Norpatagonia, que possuía grandes trechos não pavimentados - 81% - e dois trilhos ferroviários com estrutura física muito antiga, que ligava Bahía Blanca a Zapala, em Neuquén, e a ferrovia a Bariloche, em Río Negro.⁴⁵

Segundo o estudo realizado pelo Centro de Estudos Urbanos e Rurais de 1979, a definição da região de Comahue incluiu áreas heterogêneas, com grande diversidade de ecossistemas e clima e fortes contrastes na paisagem com áreas de planície, planalto e montanhas. O estudo considerou também que a localização do polos de desenvolvimento da região de Comahue não era estratégica, priorizando a cidade de Bahía Blanca como centro petroquímico e não a Norpatagonia onde os poços de petróleo estavam localizados.⁴⁶

⁴⁵ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue.** Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁴⁶ VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. **Asentamiento humano y desarrollo socio-económico de la Región Comahue: un estudio piloto.** Documento de Trabajo nº5. Buenos Aires: CEUR, 1979.

Como afirma Susana Bandieri⁴⁷, as sucessivas reformulações dos limites da região de Comahue, que implicavam a incorporação de uma extensão maior da província de Buenos Aires - catorze partidos⁴⁸ -, mais uma vez evidenciaram a pressão econômica e a pressão das grandes empresas nacionais e transnacionais para expandir seu alcance regional em busca de maiores benefícios, resultando na superposição de subzonas e no agrupamento de diversos espaços com pouca identidade e diferentes trajetórias históricas.

"O trabalho do século" – Usina Hidrelétrica Chocón-Cerros Colorados

Para se compreender a importância que El Chocón adquirirá na política energética argentina, deve-se notar que, entre 1953 e 1960, a Argentina apresentou um desenvolvimento hidrelétrico limitado a poucos sistemas regionais isolados que dependiam do desenvolvimento provincial, com instalações de baixa e média potência localizadas em áreas próximas aos centros de consumo: Cassafousth (1953), Los Molinos 1 e 2 1957-1958, La Viña e San Roque 1959 (província de Córdoba), Álvarez Condarco (1955) e El Nihuil 1 e 2 (1956 e 1961 na província Mendoza e Escada (1955), na província de Tucumán.⁴⁹ Em 1970, o total de linhas elétricas instaladas na região de Comahue era de 1506 km, representando 4,57% do total nacional. Desses 1506 km, a parte instalada na Norpatagônia correspondia a 364 km.⁵⁰

Dada a possibilidade de o governo Onganía priorizar na Norpatagônia a exploração de ferro nas reservas minerais de Sierra Grande (Río Negro), a sociedade local se mobilizou para garantir que o trabalho não parasse: as câmaras de negócios de Neuquén e Rio Negro, a Federação Argentina de Cooperativas Agrícolas e a Câmara de Produtores Agrícolas de Limay, entre outras, promoveram notas,

⁴⁷ BANDIERI, Susana. *Op. Cit.*

⁴⁸ Na Argentina, "partidos" são divisões administrativas dentro das províncias. A província de Buenos Aires é dividida em 135 partidos.

⁴⁹ JENSEN, S; ZAMORA, A; RIMANCUS, P. Evolución de la matriz eléctrica argentina. **Revista de la Comisión Nacional de Energía Atómica**. Buenos Aires, n. 69-70, p.5-24, 2018.

⁵⁰ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

assembleias e demandas ao Estado nacional. Até mesmo a Corporação de Produtores de Frutas de Rio Negro ofereceu ajuda para financiar o trabalho.⁵¹

Em 1967, o governo Onganía criou a Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor), uma sociedade anônima com participação acionária estatal, responsável pelo planejamento, construção e operação do Complexo Chocón-Cerros Colorados e suas linhas de transmissão e instalações complementares. Ela também era responsável pela execução do Complexo Alicopá, cuja construção começou em 1972, e que foi formado pelas represas de Alicurá, Piedra del Águila e Collon Cura, no rio Limay, mas a última barragem ficou inacabada.

As obras de El Chocón foram iniciadas em janeiro de 1969. Foram financiadas, com créditos do Banco Mundial e de diferentes países, que colocaram como condição para seu apoio, a concessão das obras às suas empresas sediadas na Argentina. Em setembro de 1968, a construção do empreendimento foi concedida, em processo de licitação, ao consórcio Impregillo (empresa italiana) e Sollazo com capital nacional. Segundo as projeções da FAO, a geração de energia chegaria a 1.650.000 kW, um número considerável, uma vez que o total nacional foi de 5.443.000.⁵² Em 1973, a usina hidrelétrica começou a operar.

A represa de El Chocón e a transformação da paisagem e do meio ambiente

Como se sabe, o desenho de um plano econômico vinculado a grandes obras deve levar em consideração o impacto sobre as populações locais e sobre o meio ambiente. Na década de 1960 e, como afirma Laura Mombello, fazia parte da convicção geral pensar que os recursos naturais eram inesgotáveis, que se auto regeneravam, de forma que não seria necessário preservá-los, pois o ambiente não seria afetado.⁵³ Além das ideias predominantes naquela momento, deve-se

⁵¹ BANDIERI, Susana y BLANCO, Graciela. Promesas incumplidas: hidroenergía y desarrollo agrario regional en la Norpatagonia argentina. **Estudios Rurales**. Bernal-Universidad Nacional de Quilmes, v.1, n.2, p.148-171, 2012.

⁵² ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁵³ MOMBELLO, Laura. **Por la vida y el territorio. Disputas políticas y culturales en Norpatagonia**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata-EUDM, 2018.

considerar que os impactos ambientais como consequências dos grandes projetos, não faziam parte das prioridades dos governos militares da "Revolução Argentina".

Durante a ditadura militar (1976-1983), grupos ecologistas e ambientalistas criticaram o uso da terra e pouco cuidado com o meio ambiente. Em linhas gerais, a construção das obras causou sérios danos às populações da região e ao meio ambiente. Os acampamentos utilizados na construção foram abandonados quando as obras foram concluídas, mas o lixo industrial não foi removido. Assim, a fauna local foi afetada, desaparecendo espécies nativas da região, como o guanaco (*Lama guanicoe*) e o avestruz (*Struthio camelus*).⁵⁴

As obras redesenharam o curso do rio Limay e transformaram a paisagem da região, criando lagos artificiais, como o lago e o reservatório Ramos Mexia, perto de Villa El Chocón ou o lago Pellegrini, nas proximidades de Cinco Saltos. Obviamente, os lagos e reservatórios ligados a El Chocón causaram alterações no ecossistema e modificaram os padrões de assentamento da população. Por outro lado, a criação de um lago artificial provoca alterações no microclima já que a evaporação aumenta o nível de umidade.

Se bem que as obras de El Chocon foram localizadas na província de Neuquén, no encontro dos rios Limay y Neuquén, uma bacia hidrográfica, os efeitos das obras se ampliaram e contornaram os limites provinciais. As comunidades localizadas a jusante das represas foram afetadas pelo aumento no fluxo caudal na área dos reservatórios que trouxeram danos à fauna e à flora e, além disso, a deterioração do solo impactou negativamente a capacidade produtiva destas comunidades e a alteração da qualidade da água a transformou em prejudicial para a saúde humana, causando doenças. Conseqüentemente, muitos habitantes deixaram o local e foram para outros centros populacionais do país.⁵⁵

⁵⁴ BAZALOTE, Alejandro Omar y RADOVICH, Juan Carlos. Grandes represas hidroeléctricas: efectos sociales sobre las poblaciones mapuches en la región del Comahue, Argentina. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio; NACKE, Anelise (orgs.). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Editorial Letras Contemporâneas, 2003, p.1-31.

⁵⁵ MALINOW, Guillermo. **Potencial y desarrollo hidroeléctrico argentino**. Buenos Aires: Instituto Argentino de la Energía, 2013. Disponível em: <https://www.iae.org.ar/wp-content/upload/2013/07/2013-potencial-y-desarrollo-energetico-argentino/>. Acesso em 03/05/2020; VALLE, Debora. **El impacto transfronterizo de las obras hidroeléctricas y su incidencia en el uso agrario del agua**. Neuquén, III Congreso Nacional de Derecho Agrario provincial, 2015. Disponível em: <http://>

Segundo Bazalote e Radovich, as obras de El Chocón ignoraram as populações tradicionais que vivem na área atingida, principalmente a comunidade Painemil de origem Mapuche, localizada no departamento de Confluencia, em Neuquén. Esses grupos étnicos foram deslocados de suas terras e realocados. Apesar do fato de a posse da terra ter sido concedida durante o governo Arturo Illia, o governo militar os declarou terras sujeitas a expropriação.

A cidade de El Chocón também foi um local de protestos e reivindicações dos trabalhadores. A organização do Villa El Chocón trouxe inicialmente alguns benefícios para os trabalhadores - mais de três mil chegaram em poucos meses - como a entrega de casas, educação e serviços de saúde, preços mais baixos para alimentação e auxílios paternidade ou morte.⁵⁶ Apesar dos benefícios oferecidos pela Hidronor, os trabalhadores de Chocón não obtiveram melhoria na qualidade de vida. O tratamento foi discriminatório e hierárquico (de acordo com as funções exercida), carecia de incentivo material e muitos sofreram com jornadas de trabalho excessivas sem uma estrutura mínima de segurança. Diante de qualquer protesto, o trabalhador era demitido. Em 1969, as más condições de trabalho levaram a doenças e até a morte de vários operários. A violência fazia parte do cotidiano do empreendimento, agravada pelo alcoolismo e pela prostituição.⁵⁷

Entre dezembro de 1969 e março de 1970, trabalhadores unidos em uma organização sindical de base iniciaram uma greve que rapidamente se transformou em um enorme protesto social: o Choconazo – um confronto complexo que incluía as tensões entre as lideranças sindicais nacionais, divididas em torno de colaboração ou não com o governo militar. As reivindicações populares sobre as demissões ilegais, prisões e pressões sofridas pelos trabalhadores motivaram o apoio do governador de Neuquén Felipe Sapag (1970-1972), da Igreja Católica, que reivindicou as demandas dos trabalhadores na figura do bispo Jaime De Nevares, e da sociedade Neuquén que se mobilizou para apoiar as reivindicações.

sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49841/Documento_completo_pdf. Acesso em 07/11/2020.

⁵⁶ ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. In: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura compiladoras (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 201, p.145-158.

⁵⁷ QUINTAR, Juan. **El Choconazo**. Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, EDUCO, 1998.

Mas, embora a sociedade civil de Neuquén estivesse envolvida no apoio aos trabalhadores, não deixou de reconhecer a importância de El Chocón que foi além da geração de energia. Para a população de Neuquén e Rio Negro, El Chocón traria progresso e crescimento econômico. A FAO afirmou que a conclusão do trabalho cobriria a demanda de energia elétrica da região, levaria ao estabelecimento de novas indústrias, promoveria o desenvolvimento de estradas e ferrovias e forneceria royalties para os governos provinciais sobre os lucros com a geração de energia, conforme estipulado no contrato de 1966. Da mesma forma, a irrigação produziria mais de um milhão de hectares em produção.⁵⁸

No entanto, o Estado nacional não interveio para promover o desenvolvimento da região. No final da década de 1970, a cidade de El Chocón estava estagnada e servia apenas de assento para o pessoal encarregado de manter a barragem. Em um relatório submetido ao governo nacional, foi indicado que essa estagnação e o subsequente êxodo populacional deveriam ter sido previstos no plano de obras e que a Hidronor possuía a responsabilidade de buscar fixar a população por meio da colonização sistemática de terras irrigadas. Da mesma forma, foi considerado essencial para o desenvolvimento regional fornecer energia a preços reduzidos para a população da Norpatagônia, utilizando parte dos lucros da Hidronor na energia produzida nos rios Limay e Neuquén, uma vez que não havia outros recursos que pudessem ser capitalizados para crescimento econômico.⁵⁹

De acordo com um estudo técnico, os royalties foram pagos apenas em 1974 e o crescimento regional da Norpatagônia foi limitado à província de Neuquén, que concentrava escritórios estaduais, filiais regionais ou sub-regionais de empresas comerciais, plantas industriais e conexões rodoviárias entre Neuquén e a região petrolífera de Plaza Huinul e Catriel, no Rio Negro. O resultado foi uma complexa aglomeração urbana liderada por Neuquén que continha a cidade vizinha de Cipolletti, no Rio Negro, e atraiu a migração interna de operários e profissionais

⁵⁸ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO). **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁵⁹ LA PATAGONIA POSTERGADA. **Acta de Sesiones del Congreso desarrollado en Buenos Aires del 13 al 17 de octubre de 1969**. Buenos Aires: UADE.

liberais e o estabelecimento de algumas empresas multinacionais.⁶⁰ Segundo Mario Arias Bucciarelli, Neuquén, apresentou um importante e desorganizado desenvolvimento urbano, dobrando seu crescimento entre 1960 e 1970.⁶¹

Finalmente, as obras hidrelétricas na Norpatagonia acabaram sendo uma ferramenta para o fornecimento de energia à capital do país e arredores, uma vez que 70% da energia gerada por Chocón foi destinada a Buenos Aires. O fluxo do rio Negro foi regularizado e as inundações diminuíram de intensidade. A paisagem foi transformada e a região do semidesértica prosperou com a expansão da irrigação no Alto Valle, a extensão da área produtiva, a concentração industrial e o desenvolvimento do turismo.⁶²

Mas os benefícios não atingiram toda a Norpatagonia. Obras complementares de irrigação, distribuição de benefícios anuais em reinvestimentos regionais ou taxas preferenciais para empresas da região foram eliminadas no Decreto-Lei 17574 de 1967. Segundo Susana Bandieri, em 1980 a produção de energia hidrelétrica na Norpatagonia representava 42% do total nacional.

Considerações finais

Tanto na Argentina quanto no Brasil, os megaprojetos promovidos pelas ditaduras militares representaram uma grande oportunidade de investimento especulativo de capitais estrangeiros e locais. O desenvolvimento do mercado de capitais e as grandes concessões que as empresas receberam fizeram parte do interesse do Estado em favorecer a participação e rentabilidade de grandes empresas transnacionais. Mas os impactos nas regiões onde os megaprojetos foram desenvolvidos foram encobertos por ambas as ditaduras.

As regiões da Patagônia e da Amazônia congregam importantes ecossistemas e diversificadas fauna e flora. Em seu interior se encontra a menor densidade populacional de seus países, espalhada em grandes áreas territoriais.

⁶⁰ VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. *Op. Cit.*

⁶¹ ARIAS BUCCIARELLI, Mario. Identidades en disputa. La Región del Comahue y los poderes provinciales. **Cuadernos del Sur**. Bahía Blanca: Universidad del Sur, n.35-36, p.151-174, 2003.

⁶² CAMARA ARGENTINA DE LA CONSTRUCCION. **Impacto de proyectos hidroeléctricos sobre economías regionales. Valoración en base a beneficios.** Informe Técnico de Investigación realizado por los Ingenieros Alberto del Rosso y Andrés Ghia. Buenos Aires, 2007.

A Patagônia constitui a maior área da Argentina, mas também a mais despovoada. Em seu interior existe um importante reservatório de água doce, florestas nativas e riquezas mineiras, mas atualmente apresenta processos de degradação do solo e do meio ambiente, desmatamento e desertificação. Na Patagônia, a água como recurso natural é hoje um dos ativos mais cobiçados, mas é afetada pelo volume significativo de terras em mãos estrangeiras.

Apesar das muitas riquezas naturais que ambas as regiões possuem, suas populações vivem e se estabeleceram de forma periférica dentro de seus países. A Amazônia brasileira vive como uma espécie de produtor de matéria prima e infraestrutura para os grandes centros urbanos no Sudeste do país, sem que suas populações recebam qualquer tipo de benefício que transforme sua qualidade de vida, pois apenas são obrigadas a assistir o suposto desenvolvimento nacional que propiciam.

Também na Patagônia argentina, as populações locais convivem com a riqueza que geram mas que não repercute em suas próprias vidas como algo que lhes proporcione benefícios concretos e duradouros. A hidrelétrica de Chocón bem como as barragens construídas posteriormente - Alicurá e Piedra del Aguila - possibilita melhorias pontuais nas vidas da região atingida, mas sem gerar infraestruturas definitivas que modifiquem as vidas das pessoas.

Da mesma forma, as rodovias abertas na região amazônica, na década de 1970, seguindo planos estabelecidos pela SUDAM na década de 1960, facilitaram a circulação de pessoas, provocaram a chegada de milhares de migrantes de outras regiões brasileiras, e com eles o desenvolvimento do comércio e o surgimento de cidades, mas sem que isso trouxesse, em consequência, benefícios às populações que já viviam na região.

Populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, da Amazônia brasileira e as comunidades mapuches da Patagônia argentina sofreram e ainda sofrem com os impactos de projetos pensados em outros espaços e que somente os incluiu, para o bem ou para o mal, como uma espécie de efeito colateral do desenvolvimento nacional e transnacional. Não apenas estas populações, como também os moradores das cidades das regiões e a fauna e flora, sensíveis às grandes mudanças, sofreram com os impactos de grandes projetos hidrelétricos e

rodoviários que não pensaram em um lugar para a própria região, em meio ao desenvolvimentismo de seus países e, por isso, muitas vezes provocaram ganhos temporários e impactos definitivos.

De acordo com o antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro, tanto as rodovias na Amazônia quanto a hidrelétrica Chocon Cerros Colorados podem ser consideradas projetos de grande escala, nascidos de um planejamento tecnocrático estatal, caracterizados por um fluxo significativo de capital e trabalho - o chamado gigantismo - desenvolvido em áreas isoladas ou relativamente povoadas e com temporalidade limitada, curto prazo de execução, mas que causa efeitos de considerável importância sobre o meio ambiente e nas condições de vida das cidades vizinhas.⁶³

As ditaduras da Argentina e do Brasil, das décadas de 1960 e 1970, pensaram um lugar para essas regiões no plano do desenvolvimentismo nacional, sem pensar nos danos que elas poderiam sofrer com os empreendimentos. A Amazônia seguiu a agenda da proteção contra um suposto assédio estrangeiro para firmar políticas de intervenção em suas lógicas e de exploração de suas riquezas para que grandes empresas pudessem obter vultosos lucros.

Conglomerados empresariais nacionais e transnacionais se colocaram como aqueles que iriam trabalhar juntamente com os governos de Argentina e Brasil para conduzir a Patagônia e a Amazônia no rumo de projetos dos quais não seriam protagonistas, mas somente o lugar das transformações, o que acabou por acarretar profundas perdas às regiões.

Otávio Velho⁶⁴ afirma que, no Brasil, o Golpe de 1964 afirmou as políticas do capitalismo autoritário, que também era implementado em toda a América Latina. Esta forma de capitalismo é calcada na ideia de que os países da América Latina necessitam da condução de regimes centralizados rumo ao desenvolvimento capitalista. Assim, o desenvolvimentismo implementado na Argentina e no Brasil, pautado em grandes projetos na Patagônia e na Amazônia, somente seria possível

⁶³ LINS RIBEIRO, Gustavo. Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala. Una forma de producción vinculada a la expansión del sistema económico. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v.27, n.105, p.3-27, 1987.

⁶⁴ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

com a imposição autoritária que, na prática, ignorou direitos sociais e ambientais, para construir grandes obras que propiciaram poucos benefícios em curtos períodos e grandes perdas por longos períodos para estas regiões.

Cardoso & Faletto⁶⁵ acreditam que existe uma estrutura de subdesenvolvimento na América do Sul que vincula a afirmação de um desenvolvimento a partir da estrutura centro-periferia que vem, desde o período colonial, como metrópole-colônia. De acordo com essa estrutura, analisam que embora mudem, ao longo da História, os países colocados na condição de centro explorador dos países latino-americanos e a forma da exploração, não é alterada a lógica que os coloca na condição de dependentes de ações e políticas externas a eles.

Quando ocorre a possibilidade de ruptura, afirma-se a face autoritária da dependência que impõe o desenvolvimentismo que apenas cria a aparência do crescimento econômico, sem, contudo, desenvolver de fato, com melhorias significativas nas vidas das populações e, muitas vezes, trazendo grandes impactos socioambientais, como ocorreu na Argentina e no Brasil, na construção de grandes obras de infraestrutura na Patagônia e na Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970.

Referências Bibliográficas

ANDREAZZA, Mário. **Transamazônica** – Pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 1 de julho de 1970. Brasília, 1970, p. 4.

ARIAS BUCCIARELLI, Mario. Identidades en disputa. La Región del Comahue y los poderes provinciales. **Cuadernos del Sur**. Bahía Blanca: Universidad del Sur, n.35-36, p.151-174, 2003.

AZCOITIA, Alfredo; NUÑEZ, Paula. Las represas hidroeléctricas de la Región Comahue: expectativas de un desarrollo parcial. **Revista Agua y Territorio**, Universidad de Jaén, n^o4, p.12-22, 2014.

BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

_____. y BLANCO, Graciela. Promesas incumplidas: hidroenergía y desarrollo agrario regional en la Norpatagonia argentina. **Estudios Rurales**. Bernal-Universidad Nacional de Quilmes, v.1, n.2, p.148-171, 2012.

⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

BAZALOTE, Alejandro Omar y RADOVICH, Juan Carlos. Grandes represas hidroeléctricas: efectos sociales sobre las poblaciones mapuches en la región del Comahue, Argentina. *In*: COELHO DOS SANTOS, Silvio; NACKE, Anelise (orgs.). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Editorial Letras Contemporâneas, 2003, p.1-31.

BONA, Leandro y PAEZ, Sergio. Fases, similitudes y diferencias en los casos de las dictaduras y economía política en Argentina 1966-1973 y Brasil 1964-1985. **América Latina en la historia económica**. Instituto Mora-CONACYT, v. 27, n. 2, 2020. scielo.org.mx/pdf/alhe/v27n2/2007-3496-ale-27-02-1068.pdf. Acesso em 10/11/2020.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972-1974**. Brasília, 1971.

CAMARA ARGENTINA DE LA CONSTRUCCION. **Impacto de proyectos hidroeléctricos sobre economías regionales. Valoración en base a beneficios**. Informe Técnico de Investigación realizado por los Ingenieros Alberto del Rosso y Andrés Ghia. Buenos Aires, 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas – o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de Ditadura. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 135-154.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. 9ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2015.

GARCIA, José Luís; SUBTIL, Filipa. Lembrando Emerson e Thoreau para pensar os demônios do progresso na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**. Belém, v.6, n.4, p. 9-26, 2018.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEALEY, Mark. El interior en disputa. Proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en las regiones extrapampeanas. *In*: JAMES, Daniel director. **Violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**, Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 171-212.

HEBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Saúde e colonização. *In*: HEBETTE, Jean *et al.* **Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos**. Belém: NAEA/UFPA, 1977, p. 7-43.

JENSEN, S; ZAMORA, A; RIMANCUS, P. Evolución de la matriz eléctrica argentina. **Revista de la Comisión Nacional de Energía Atómica**. Buenos Aires, n. 69-70, p.5-24, 2018.

KRAUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. *In*: SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 10.

LA PATAGONIA POSTERGADA. **Acta de Sesiones del Congreso desarrollado en Buenos Aires del 13 al 17 de octubre de 1969**. Buenos Aires: UADE.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala. Una forma de producción vinculada a la expansión del sistema económico. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v.27, n.105, p.3-27, 1987.

MALINOW, Guillermo. **Potencial y desarrollo hidroeléctrico argentino**. Buenos Aires: Instituto Argentino de la Energía, 2013. Disponible em: <https://www.iae.org.ar/wp-content/uploads/2013/07/2013-potencial-y-desarrollo-energetico-argentino/>. Acesso em 03/05/2020.

MARTINS DE SOUZA, César. Da Transamazônica a Belo Monte: desenvolvimento e impactos socioambientais na construção de megaempreendimentos na Amazônia. *In*: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). **Agrarismos: estudos de História e Sociologia do mundo rural**. Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 103-116.

MOMBELLO, Laura. **Por la vida y el territorio. Disputas políticas y culturales en Norpatagonia**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata-EUDM, 2018.

MINISTERIO DE COMERCIO E INDUSTRIA DE LA NACION: AGUA Y ENERGIA ELECTRICA. **La zona del río Limay. Su aprovechamiento energético. Sistema hidroenergético El Chocón**. Buenos Aires, 1957.

NATUREZA MORTA. **VEJA**. São Paulo, 22 de abril de 1980, p. 53-55.

NAVARRO FLORIA, Pedro; NICOLETTI, María Andrea. **Historia del Neuquén**. Neuquén, Editorial de la Universidad del Comahue, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritario. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

PASSARINHO, Jarbas. **Amazônia: patrimônio universal?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

QUINTAR, Juan. **El Choconazo**. Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, EDUCO, 1998.

ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. *In*: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 2012. p.145-158.

RUFFINI, Martha. La Patagonia en el pensamiento y acción de un reformista liberal: Ezequiel Ramos Mexia (1852-1935). **Quinto Sol**, Santa Rosa-Universidad Nacional de La Pampa, n.12, p.127-150, 2008.

_____. Estado, desarrollo económico y nuevas provincias. El fracaso de un plan estatal para el sur argentino: la Corporación Norpatagónica (1957-1958). **Revista H-Industri@**, Buenos Aires-Universidad de Buenos Aires, año VIII, n. 14 y 15, p.189-231, 2014.

SOARES, Filipe Menezes. Ordem e Progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da Ditadura Civil-Militar. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA MARTINS, José de. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

SUDAM. **Amazônia** – Novo Universo. Belém, 1975. Sem número de página.

TAGLIANI, Pablo. **Economía del desarrollo regional. Provincia de Río Negro 1880-2010**. Buenos Aires: La Colmena, 2015.

VALLE, Debora. **El impacto transfronterizo de las obras hidroeléctricas y su incidencia en el uso agrario del agua**. Neuquén, III Congreso Nacional de Derecho Agrario provincial, 2015. Disponible em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49841/Documento_completo_pdf. Acesso em 07/11/2020.

VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. **Asentamiento humano y desarrollo socio-económico de la Región Comahue: un estudio piloto**. Documento de Trabajo nº5. Buenos Aires: CEUR, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WILLIAMS, Fernando. Infraestructura y paisaje en la Patagonia: hacia una perspectiva histórica centrada en el recurso hídrico. *In*: NUÑEZ, Paula; NUÑEZ, Andrés; TAMAGNINI, Marcela MATOSSIAN, Brenda; ODONE CORREA, Carolina (orgs.). **Araucanía-Norpatagonia II. La fluidez, lo disruptivo y el sentido de la frontera**. Viedma: Editorial UNRN, 2018, p.199-224.

Recebido: 21/09/2020
Aprovado: 11/11/2020